

Desafios e caminhos para o novo Plano Nacional de Educação

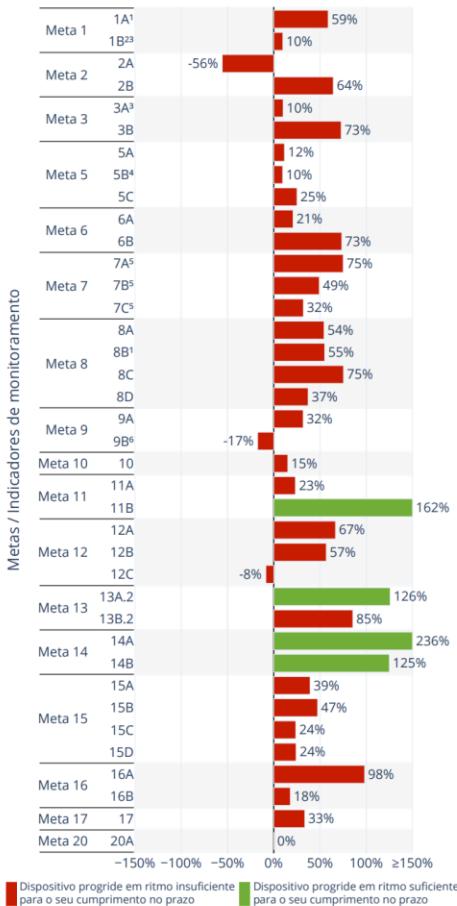
Andressa Pellanda

Coordenadora Geral | Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Indicador de progresso nos dispositivos do PNE

Não cumpridas – 90%
 Em retrocesso – 13%
 Lacuna de dados – 35%
 Parcialmente cumpridas – 10%

Progresso no cumprimento das metas do PNE



Disp.	Título do indicador
IA ¹	% de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche
IB ²³	% de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche
2A	% da pop. de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o E.F.
2B	% da população de 16 anos com o E. Fundamental concluído
3A ³	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu a ed. básica
3B	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu o EM
5A	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em leitura
5B ⁴	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em escrita
5C	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em matemática
6A	% de escolas públicas com oferta de ed. em tempo integral
6B	% de alunos do público alvo atendidos em tempo integral
7A ⁵	Iddeb - Anos Iniciais
7B ⁵	Iddeb - Anos Finais
7C ⁵	Iddeb - Ensino Médio
8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo
8B ¹	Esc. média da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres
8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Nordeste
8D	Esc. média da população negra de 18 a 29 anos vs não-negros
9A	Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever
9B ⁶	Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos
10	% de matrículas de EJA integradas à educação profissional
IIA	Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013
IIB	Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM
I2A	População que frequenta ou já concluiu graduação em relação à população de 18 a 24 anos
I2B	% da pop. de 18 a 24 anos que freq. ou já concluiu graduação
I2C	Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior
I3A.2	% de docentes no Ensino Superior com mestrado ou doutorado - rede privada
I3B.2	% de docentes no Ensino Superior com doutorado - rede privada
I4A	Número de mestres titulados
I4B	Número de doutores titulados
I5A	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Infantil
I5B	Prop. de docências com formação adequada - Anos Iniciais
I5C	Prop. de docências com formação adequada - Anos Finais
I5D	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Médio
I6A	% de professores da educação básica com pós-graduação
I6B	% de profs. da ed. básica com cursos de formação continuada
I7	Rendimento médio dos professores, como proporção do rendimento dos demais profissionais de nível superior (2013)
20A	Gasto público em educação pública, em proporção do PIB

Nota: As metas 4, 18 e 19 não foram incluídas por não possuirem indicadores com os requisitos de cálculo. Ver notas metodológicas. Notas indexadas: 1) Não há dados da Pnad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) Dados da Pnad anual, foram comparados aos da Pnad contínua para o cálculo, apesar de não serem diretamente comparáveis; 3) Prazo em 2016; 4) Resultados de 2016 e 2014 foram comparados, apesar de não serem diretamente comparáveis; 5) Não há Iddeb para 2014. Ano de 2013 adotado como ponto inicial; 6) Não há Ifain para 2014. Ano de 2015 adotado como ponto inicial.

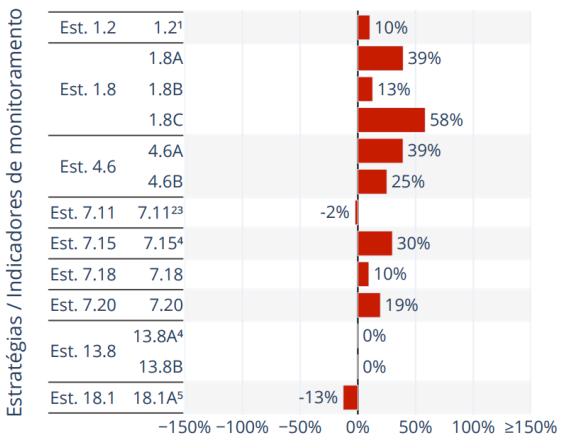
Descrição e análise do indicador

Com o objetivo de obter um panorama do descumprimento das metas monitoradas neste Balanço do Plano Nacional de Educação, foi elaborado o Indicador de progresso no cumprimento dos dispositivos do PNE. O indicador consiste na comparação da variação média observada desde o início do PNE com a variação média necessária ao seu cumprimento no prazo. Essas variações são as mesmas apresentadas em barras horizontais junto a cada indicador de meta neste balanço. Valores inferiores a 100% indicam tendência de não cumprimento no prazo e estão em vermelho no gráfico, enquanto valores iguais a 100% ou maiores indicam tendência de cumprimento no prazo e estão em verde.

Tomemos como exemplo de cálculo o indicador do dispositivo 3B, Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa. Esse indicador era igual a 66,7% em 2014, enquanto o plano determina, após sua extensão, que em 2025 esteja no nível de 85%. Assim, ele deve avançar 18,3 pontos percentuais entre 2014 e 2025, ou uma média de 1,66 p.p. ao ano. Porém, entre 2014 e 2024, o avanço foi de 12,1 p.p., uma média de 1,21 p.p. ao ano. Dividindo-se 1,2 por 1,66, temos que a velocidade de avanço tem sido 73% daquela necessária ao cumprimento.

Ao fornecer um panorama dos dispositivos do Plano Nacional de Educação, o indicador de progresso denuncia o seu descumprimento, fruto de seu abandono político em prol de projetos da preferência de muitos dos governos incumbentes nas esferas federal, estadual e municipal. Dos indicadores de meta mensurados, pouquíssimos têm perspectiva de atingir seus respectivos objetivos ao final de seus respectivos prazos. Mesmo entre esses casos positivos, alguns estão nessa situação não por terem recebido atenção adequada em forma de políticas públicas e financiamento, mas sim por possuírem objetivos pouco ambiciosos em termos de uma educação de qualidade, como é o caso dos indicadores da meta 13. No resânte do Plano, prevalecem avanços muito aquém do necessário.

Progresso no cumprimento das estratégias do PNE



Dispositivo progride em ritmo insuficiente para o seu cumprimento no prazo

Dispositivo progride em ritmo suficiente para o seu cumprimento no prazo

Disp.	Título do indicador
1.2 ¹	Porcentagem de docências da educação infantil com formação adequada à etapa
1.8A	Porcentagem de docentes da educação infantil com formação continuada
1.8B	Porcentagem de docências da educação infantil com ensino superior
1.8C	Porcentagem de docências da educação infantil com ensino superior
1.I7	
4.6A	Percentual de escolas públicas com banheiro acessível
4.6B	Percentual de escolas públicas com dependências e vias acessíveis
7.II ²³	Média dos resultados em matemática, leitura e ciências dos alunos brasileiros no PISA
7.I5 ⁴	Taxa de escolas com acesso em banda larga à internet
7.18	Percentual de itens de infraestrutura presentes nas escolas públicas
7.20	SSPercentual de recursos presentes nas escolas públicas
I3.8A ⁴	Porcentagem de áreas de formação profissional com mais de 60% dos alunos com nota geral acima de 60 no ENADE
I3.8B	Porcentagem de áreas de formação profissional com mais de 75% dos alunos com nota geral acima de 75 no ENADE
I8.IA ⁵	Porcentagem de docentes ocupantes de cargos de provimento efetivo

Notas indexadas: 1) Não há dados da Pnad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) 2012 adotado como ponto inicial; 3) Prazo em 2022; 4) Prazo em 2019; 5) Prazo em 2016

Pela comparação entre os indicadores de progresso para todos os objetivos de estratégias que são mensurados de forma quantitativa, temos que os casos mais graves são os da frequência ao ensino fundamental na idade adequada, causada pela frequência de algumas crianças da faixa etária à educação infantil; o do aumento no analfabetismo funcional, segundo dados do Inaf de 2018; o da leve queda na média nacional no PISA de 2022 em relação a 2012; e o da precarização cada vez maior dos contratos dos professores. Nesses casos tem havido retrocesso, ou seja, os indicadores de monitoramento desses dispositivos evoluíram em sentido contrário ao que deveriam, de forma que a perspectiva de cumprimento de seus objetivos ao fim do Plano seja praticamente nula. Estes e os outros objetivos não cumpridos serão legados negativos para o Plano seguinte, limitando o horizonte de onde se pode chegar. Essas são situações gravíssimas que precisam receber mais atenção.

Por quê?



A vigência do PNE tem sido marcada pelo **descompasso da economia com a educação** (CARA, 2019) e pela **austeridade fiscal** que se aprofundou na última década e não saiu de cena desde a aprovação da EC 95/2016 do Teto de Gastos, comprometendo de maneira crítica os recursos da educação, juntamente com as **ações na contramão do Plano**, de acordo com a Campanha, inclusive **restrições ao espaço cívico e à gestão democrática da educação**.

O Tribunal de Contas da União avalia em seu relatório de 2018 que **as responsabilidades pelos diversos compromissos elencados no PNE “não estão claramente definidas e formalizadas**, prejudicando a efetivação do Plano”. Para que esse quadro seja superado, indicam a necessidade de “**implantação do Sistema Nacional de Educação** e o efetivo funcionamento das instâncias de negociação e cooperação federativa”. Ainda, o TCU, afirma que

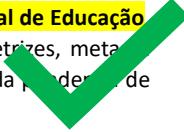


A organização do sistema de ensino no Brasil está amparada em complexo **arranjo federativo**, que, por um lado, assegura a autonomia dos entes e, por outro, requer a articulação e cooperação entre eles. Todavia, essa atuação integrada não é simples de ser alcançada, e o que se observa historicamente no país é o contrário. Tal cenário leva à **descontinuidade de políticas, perda de eficácia** dos programas governamentais, **escassez de recursos e ineficiência dos gastos** com educação. A solução para esses problemas começa pelo planejamento coeso dos entes. É nesse contexto que se insere o Plano Nacional de Educação – PNE. (TCU, 2018, p. 1)

Por fim, à época da elaboração do relatório do TCU (2018), o órgão afirmou que a **ausência de compatibilização entre as leis de diretrizes orçamentárias e o Plano Nacional de Educação** demonstrada em vetos de dispositivos que buscam priorizar a efetivação do referido Plano, afronta o art. 10 da Lei 13.005/2014 e gera risco ao cumprimento das diretrizes, metas e estratégias do PNE”, situação que segue se repetindo. O relatório 2022 do Inep segue a mesma indicação sobre a necessidade de implementação do SNE e projeta efeitos da pandemia de Covid-19 na educação:



Mais do que produzir impactos nas estatísticas educacionais, a **pandemia tem afetado sobremaneira a qualidade e o direito à educação**. O fechamento de escolas, a adoção urgente de novas formas de ensino, a interrupção de projetos em curso e a restrição do convívio comunitário e social são alguns dos aspectos trazidos pela pandemia ao campo educacional. Eles **ocorreram em um cenário que já comportava inúmeras desigualdades** no tocante ao acesso, à conclusão, ao aprendizado, ao nível socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino. A pandemia pode ter **aprofundado os hiatos** que já cindiam a educação nacional, em que pesem os avanços das últimas décadas, e adiciona desafios (...) (Inep, 2022, p. 12)



Reformas de Estado: limitações nos gastos públicos

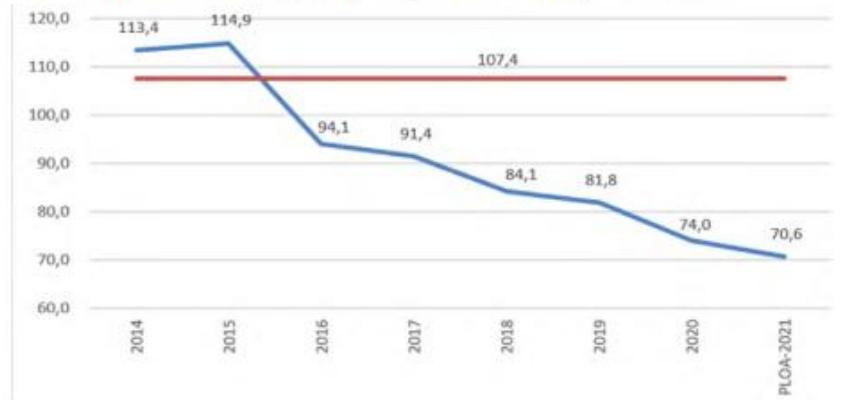
- **EC 95/2016** >>> Teto de Gastos, que seria vigente entre 2017 e 2037.

Mesmo considerando apenas até 2026, período no qual o indicador de correção das despesas, o IPCA, não pode ser alterado, a contração dos gastos públicos é para 15,5%, atingindo um valor próximo ao de 1997 (!).

- **PEC 13/2021**, fim do mínimo constitucional.

Coloca em risco o financiamento da educação e de seus servidores públicos. O perdão retroativo é um estímulo para que, futuramente, os gestores deixem de se preocupar com as exigências constitucionais e passem a despesar menos esforços para cumprir o mínimo constitucional com educação.

Evolução do orçamento atualizado para a educação, 2014 a 2021, (valores em R\$ bilhões, corrigidos para julho de 2020, pelo IPCA)



Fonte: CGU-Portal da Transparência e PLOA-2021
Elaboração: FINEDUCA / Coalizão Direitos Valem Mais

Reformas de Estado: limitações nos gastos públicos

Novo Arcabouço Fiscal (2023) >>> Menos deletério que o teto de gastos, mas pressiona por austeridades e mais cortes.

"Há evidências científicas que mostram que o tempo integral na escola ajuda no desenvolvimento pleno. Isso não é novidade. Mas é uma política que precisa ser feita com investimento adequado, se não vamos trocar seis por meia dúzia", avalia Andressa Pellanda, coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Pellanda ainda questiona a opção pelo uso do Fundeb para financiar a educação em tempo integral, uma vez que a destinação retiraria recursos dos objetivos previstos originalmente para o fundo, como a ampliação da infraestrutura física das escolas e o pagamento de salário de professores.



Ao vivo Política WW Economia Esportes Pop Viag



Lei Orçamentária zera recurso previsto para fomentar ensino integral

Programa vai depender exclusivamente do Fundeb, que já financia salário de professores e infraestrutura escolar

Salvador Strano, da CNN

20/03/2025 às 22:08 | Atualizado 20/03/2025 às 22:48



Vamos
construir um
plano novo

EQUITATIVA

RECUPERAR METAS ESTAGNADAS, FORTALECER A GESTÃO DEMOCRÁTICA E MELHORAR QUALIDADE, INCLUSÃO E FINANCIAMENTO: CAMPANHA CONTRIBUI COM SUGESTÕES DE EMENDAS AO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Entidade produziu Caderno de Emendas para incidir no Projeto de Lei 2.614/2024, enviado pelo Ministério da Educação para o Congresso Nacional sobre o novo PNE

6 de Maio de 2025 às 06:00



◆ Ampliação do investimento em educação: QUANTO CUSTA A IMPLEMENTAÇÃO DO PNE?

✓ Investimento público em educação (direto + subsídio): 5,2% → **7,5%/PIB**



✓ Iniciativa privada: 2,3% → **3,5%**

▪ Total geral (público com subsídios + privado): 7,5% → **11%**



PÚBLICA

PRIMEIRO SUBSTITUTIVO AO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AVANÇA SUBSTANCIALMENTE EM INÚMEROS DISPOSITIVOS, MAS APRESENTA RETROCESSO GRAVÍSSIMO EM TERMOS DE FINANCIAMENTO E RISCOS PARA PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Leia Carta à Sociedade Brasileira da Campanha sobre o primeiro Parecer ao PL 2.614/2024 do relator dep. Moses Rodrigues

14 de Outubro de 2025 às 20:41



QUALIDADE

NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CAMPANHA RECOMENDA 10% DO PIB PÚBLICO E BLINDAGEM DA PRIVATIZAÇÃO E DA FINANCEIRIZAÇÃO, ENTRE OUTROS PONTOS

Em posicionamento público, as 11 entidades que compõem o Comitê Diretivo destacam sugestões prioritárias de aperfeiçoamento ao PNE 2026-2036 (PL 2.614/2024)

22 de Outubro de 2025 às 06:02



1) Financiamento e CAQ

- **Restabelecer 10% do PIB em gasto público** em educação ao final da vigência, com trajetória anual e marcos intermediários verificáveis.
- **Excluir** do texto qualquer confusão entre gasto público e gasto **privado** das famílias (remover a referência a 11% “total” com 3,5% privados).
- **Implementar o CAQ** com cronograma nacional, padrões por etapa/modalidade/jornada/tipo de escola e plano federativo de equalização (responsabilidades e transferências da União).
- **Anexar fontes públicas** (Cf. Eixo VI da Conae 2024): royalties/participações especiais de petróleo e gás, fundo soberano, revisão de renúncias fiscais ineficientes, vinculações e fundos setoriais — com blindagem anticontingenciamento.
- **Vedaçāo explícita** a instrumentos de **financeirização/privatização** (*vouchers*, PPPs que onerem receitas educacionais, endividamento atrelado à oferta educacional) e **adoção dos Princípios de Abidjan** como referencial regulatório.
- Afirmar que **gestão e planejamento** da rede pública são **funções exclusivamente públicas** (vedada a terceirização da gestão escolar/pedagógica e da avaliação sistêmica).

2) Governança, revisão de metas e avaliação

- Incluir **cláusula de não-retrocesso**: qualquer revisão em 2030 **não pode reduzir** direitos, cobertura, qualidade ou financiamento.
- Exigir **justificativa técnico-orçamentária**, participação social qualificada e **quórum qualificado** para alterações e/ou revisões.
- Instituir o **Sinaeb**, integrando avaliações externas com **avaliação institucional** e **autoavaliação institucional**, indicadores de contexto (CAQ, infraestrutura, condições de trabalho) e foco **formativo**.
- Fixar **metas de aprendizagem com equidade** (redução de desigualdades raciais, territoriais e por públicos da inclusão), não só médias agregadas.

3) Currículo, direitos humanos, gênero e sexualidade

- **Reincluir explicitamente** agendas de **diversidade, gênero, sexualidade e educação sexual integral** como eixo transversal: acesso, permanência, conclusão, formação docente, currículo, materiais pedagógicos, protocolos de prevenção e resposta a violências (racistas, de gênero, LGBTfóbicas, capacitistas).
- Manter “empreendedorismo” **apenas** no marco de **formação integral e política**, com educação econômica crítica e direitos trabalhistas.

4) Educação Digital, conectividade e dados

- Garantir **conectividade significativa** (metas de banda/latência/dispositivos/suporte técnico-pedagógico) para todas as escolas e estudantes.
- Afirmar **autonomia e soberania tecnológicas** e priorizar **Recursos Educacionais Abertos** e soluções de **código aberto**, com acessibilidade universal.
- Alinhar uso de **IA** às diretrizes do CNE/2025 (transparência algorítmica, mitigação de vieses, proteção de dados, etc.).
- Prever **dados abertos e microdados** desagregados, com relatórios públicos bienais e planos de correção de rumos.

5) Desafios de equidade

- **Educação indígena, do campo e quilombola:** recolocar a **qualidade** como atributo da oferta; criar **doutorados** específicos; **ampliar Procampo e Pronera**, com financiamento dedicado e participação de organizações representativas.
- **EJAI:** meta de **universalização da conclusão da educação básica** para jovens, adultos e idosos; busca ativa intersetorial; itinerários flexíveis; reconhecimento de saberes; permanência (bolsas, creches, transporte, alimentação, oferta noturna).
- **Privação de liberdade e socioeducativo:** metas específicas de acesso, permanência, certificação e transição educacional/profissional; ambientes pedagógicos adequados; equipe formada; integração com saúde e assistência.
- **Educação infantil:** construir uma educação de qualidade universal para a primeira infância, com especial atenção aos bebês (0-2 anos) e à etapa da creche (0-3 anos).
 - **Alfabetização na “idade certa” (articulação EI-EF)**
 - Revisão da diretriz de alfabetização precoce; foco no ciclo da alfabetização, apoio intensivo à EI e monitoramento formativo para evitar pressões de alfabetização e empobrecimento curricular na Educação Infantil.
 - **Infraestrutura e ambientes educativos**
 - Padrões CAQ para espaços da EI (salas, banheiros infantis, pátios/áreas externas, brinquedotecas, parquinhos, ambientes sensoriais); segurança, conforto ambiental e equipes multiprofissionais.
 - **Territórios e modalidades específicas**
 - Qualidade e financiamento dedicado para EI indígena, do campo e quilombola; ampliação de programas estruturantes (Procampo/Pronera) e formação/pós-graduação para profissionais dessas redes.
 - **Oferta, acesso e jornada:**
 - Universalização da pré-escola (4-5) e expansão de creches (0-3), com busca ativa, organização da rede sob planejamento público e ampliação gradual da jornada integral.
 - mudar “o quintil de renda”, para “quartil de renda”, que é utilizado pelo IBGE como padrão. Permanecer “quintil”, pode impactar na dificuldade de cruzamento e metrificação no monitoramento da meta 1b.

6) Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

- **Priorizar EPT integrada;** restringir **concomitância** a exceções com salvaguardas de qualidade.
- **Ampliar substancialmente** a participação **pública** (acima de 50%), com expansão federativa, laboratórios, estágios com direitos e métricas de inserção laboral digna.
- **Reverter** a lógica de expansão em instituições privadas: usar contratação **apenas suplementar e temporária**, com cláusulas de qualidade, transparência de custos, resultados e saída.

7) Ensino superior

- **Elevar metas de acesso para 18-24 e 25-30 anos;** expandir vagas **públicas** e interiorizar a oferta.
- Tornar a **assistência estudantil** um **direito** com financiamento estável e critérios de equidade.

8) Educação Especial — ajustes estruturantes

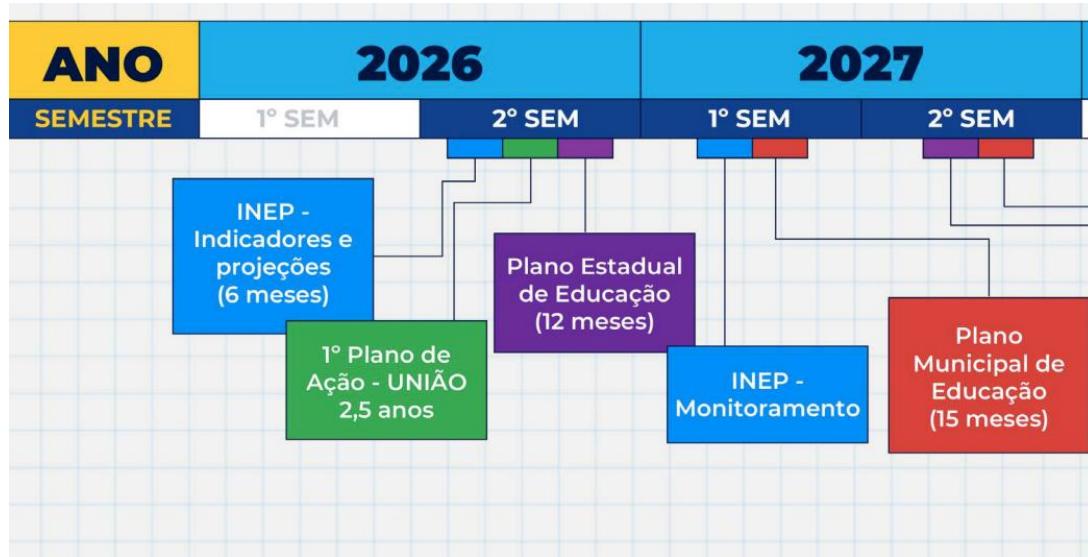
- **Fixar AEE exclusivamente no contraturno** (caráter suplementar/complementar).
- **Excluir AEE remoto** e serviços de rede de apoio à distância.
- **Retirar** observatórios/rede nacional paralela; recentrar **formação e monitoramento** nos entes federados, em **regime de colaboração**, e na **escola comum**.
- **Vincular a avaliação biopsicossocial** ao **mapeamento de barreiras e organização de suportes**; **vedar** uso para segregar/categorizar/impedir acesso.
- **Transversalizar** deficiência e acessibilidade em **todo o PNE** (da EI à pós, formação docente, gestão e financiamento).

9) Valorização e trabalho

- **Trajetória de equiparação** ao **Salário Mínimo Necessário (Dieese)** para o magistério, com marcos anuais.
- Instituir **piso nacional para demais profissionais da educação**.
- Elevar **vínculo estável** para **≥90%** no magistério e estabelecer metas para as demais categorias; concursos periódicos; carreiras atrativas.
- Incentivar **dedicação em uma única escola**, tutoria entre pares, formação em serviço e jornada com tempo para planejamento.

10) Gestão democrática e desmilitarização

- Garantir **participação da comunidade** na escolha de diretores (eleição/lista tríplice com critérios técnicos).
- Tornar **grêmios estudantis e conselhos escolares** obrigatórios em todas as unidades, com meta específica.
- Assegurar **financiamento regular** para **fóruns e conselhos de educação** (funcionamento, formação, logística).
- Implementar **plano de desmilitarização responsável** onde houver escolas militarizadas, com cronograma e apoio técnico.



Desafios quanto aos planos subnacionais

- Tempos PNE, PEEs, PMEs

Caderno de Emendas ao Substitutivo 1 ao Projeto de Lei 2.614/2024, da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o novo Plano Nacional de Educação

Edição 2 - 22 de outubro de 2025



Obrigada!

Andressa Pellanda

Coordenadora Geral

Campanha Nacional pelo Direito à Educação



CAMPANHA
NACIONAL
PELO
DIREITO À
EDUCAÇÃO

